

Retorno ao trabalho presencial: quando e como?

Por conta de sua visão negacionista da ciência, o governo Bolsonaro decidiu ignorar a pandemia de Covid 19, propondo a retomada da produção em todos os setores. O resultado é que o país mantém uma média de mais de 1000 mortes/dia a várias semanas. A justificativa é que seria preciso reativar a economia, para garantir os empregos. Como se este governo tivesse algum compromisso com os trabalhadores.

No caso dos serviços públicos federais, esse discurso vem através da Secretaria de Pessoal do Ministério da Economia, que propôs aos gestores dos órgãos públicos federais organizarem o retorno ao trabalho presencial nas unidades.

No IBGE já há estudos neste sentido, que deverão ser aprovados pelo Conselho Diretor. Pelo que se sabe, o primeiro passo envolveria metade dos servidores que estão em trabalho remoto, e haveria outras duas etapas abarcando o restante desses trabalhadores. Mas isso ainda está em estudos.

Como é de praxe no IBGE e, particularmente, nesta gestão, não há nenhuma consulta aos trabalhadores e muito menos ao Sindicato. Apesar disso, assim que soube das articulações da Direção a esse respeito, a Executiva Nacional da ASSIBGE-SN enviou ofício, cobrando a participação do Sindicato e a abertura do debate com a categoria.

Em reunião com representantes da Secretaria de Pessoal do Ministério da Economia, dia 3 de julho, a ASSIBGE-SN e as demais entidades sindicais do funcionalismo deixaram claro que são contra o retorno ao trabalho presencial, até que haja uma confirmação de condições satisfatórias para tal, com base em evidências científicas.

Trata-se de defender a vida, diante de uma pandemia que está longe de apresentar dados positivos no Brasil e que ceifou a vida de tantos colegas do IBGE.



Boletim 373

Agosto | 2020

www.assibge.org.br

Jogo Rápido

Teletrabalho: comodidade ou armadilha?

Entre tantos desafios que a pandemia de Covid19 trouxe está o teletrabalho. A ASSIBGE-SN foi uma das primeiras entidades sindicais a exigir o isolamento social e o trabalho remoto, o que foi determinado a partir de março.

Para o Sindicato o teletrabalho é, acima de tudo, uma forma de preservar vidas numa pandemia, diante da ameaça de contaminação nos transportes e nos locais de trabalho. Para o governo e o patronato, o trabalho remoto na pandemia é visto como um balão de ensaio, uma economia para os cofres públicos e empresas privadas.

O Ministério da Economia já calcula que poderá deixar de investir R\$ 500 milhões/ano, mantendo parte do funcionalismo trabalhando de casa. A economia seria não só com viagens, mas também com custos como aluguéis de imóveis, equipamentos, contas de luz, água, internet e a contratação de empresas terceirizadas, etc. E vai além, com os cortes de adicionais e benefícios aos servidores.

O teletrabalho cria a ilusão de que se pode trabalhar sem pressão, mas isso se desfaz quando percebe-se a interferência cada vez maior das chefias, inclusive em horários de descanso, finais de semana e feriados. Boa parte dos ibgeanos que está em home office já percebeu que as condições não são ideais. Afinal, quantos dispõem de espaço próprio para trabalhar, cobertura de despesas, equipamentos exclusivos e

devidamente indicados para isso?

Trabalhar em casa pode evitar o estresse do transporte e da pressão do local de trabalho, mas muitas vezes representa desconforto e perda de concentração, com o acúmulo de atividades profissionais e de casa, além da falta de limitação de horário de trabalho de privacidade para o desempenho das tarefas. O Sindicato está atento e julga ser necessário ampliar o debate a respeito deste tema, para além da propaganda.

Acompanhe a apresentação do resultado da pesquisa sobre teletrabalho no IBGE

A ASSIBGE-SN fez uma pesquisa com os trabalhadores que estão em teletrabalho. Como era de se esperar, os resultados refletem um primeiro momento de uma experiência que é nova. O mais importante é que este debate siga em frente, de forma madura e cautelosa, evitando que se caia em armadilhas que só favorecem aos que atacam os trabalhadores. Confira nos links abaixo.

<https://assibge.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Teletrabalho-em-tempos-de-pandemia-Avalia%C3%A7%C3%A3o-dos-impactos-para-os-trabalhadores-do-IBGE-ASSIBGE-SN-2.pdf>

<https://www.youtube.com/watch?v=shoH3-ZT7Z4>

O que a ASSIBGE-SN quer do IBGE e do Governo nesta pandemia?

1 Manutenção da quarentena enquanto não houver condições de retorno ao trabalho presencial, seguindo os protocolos da OMS. A ASSIBGE SN, juntamente com outras entidades, entrou com pedido de amicus curiae na Ação Civil Pública movida pelo MPFT contra a União, para o fortalecimento e manutenção do trabalho remoto como medida de prevenção ao COVID-19;

2 Manutenção dos contratos de trabalhadores temporários e terceirizados durante o isolamento. Nenhum trabalhador pode ficar desassistido e sem condições de se manter e sem possibilidade de conseguir trabalho;

3 Manutenção dos salários e benefícios. Solicitamos, também pela via judicial, a suspensão dos efeitos da Instrução Normativa 28, que retira adicionais dos vencimentos e impede os servidores de remarcarem férias durante a quarentena. Além disso, o Sindicato solicitou que o IBGE arque com os custos do teletrabalho.

Concurso é determinante para a autonomia do serviço público

É cada vez maior a quantidade de trabalhadores temporários no IBGE, como mostram os dados do RH (6.982/maio de 2020). O governo pretendeu estender essa modalidade de trabalho precário para todo o serviço público, mas a MP 922 caducou e não foi aprovada. No entanto, o governo vai insistir com essa proposta.

Volta e meia surge quem defenda que, na falta de concursos públicos, a solução seria estender os contratos dos temporários de três para cinco anos e exigir sua efetivação. Essas propostas são tudo que os governantes querem. Por que?

Por três motivos óbvios: 1) Na prática isso representa o fim do concurso público; 2) Mesmo se houver uma melhoria salarial para os temporários, isso representará um achatamento do salário médio do funcionalismo; 3) Fim da independência do servidor, tornando-o mais frágil diante da pressão de quem o contratar.

O concurso não é uma formalidade meritocrática, mas um dos pilares para a autonomia dos servidores públicos. É a investidura por concurso público que dá ao servidor a estabilidade no emprego, o que lhe concede o poder de não compactuar e denunciar falcatruas e desvios. E isso é tudo que os governantes mal intencionados não querem.

Se admitirmos a contratação efetiva sem concurso público, cavaremos a sepultura dos órgãos públicos e a piora do atendimento à população. A ASSIBGE-SN defende e seguirá lutando pela realização de concursos públicos, sem deixar de exigir também a melhoria salarial e pagamento de benefícios aos temporários.

IBGE dispensa temporários em plena pandemia de Covid 19

Apesar do alerta do Sindicato desde o início da pandemia, a Direção do IBGE dispensou todos os trabalhadores temporários que prestavam serviço e tiveram seus contratos encerrados durante a pandemia de Covid 19.

Além de desumana, esta medida resultou em graves prejuízos tanto para o IBGE, que não tem como repor o pessoal e não tem processo seletivo marcado, quanto para os temporários que foram desligados, porque não encontram emprego e sequer podem se inscrever no programa de auxílio-emergencial.

IBGE pode assessorar governo?

Em 2 de julho o jornal O Estado de São Paulo publicou matéria dando conta que o Governo Bolsonaro pretende integrar o IBGE e o Ipea numa secretaria especial, sob a supervisão de economistas do "mercado", visando formar um laboratório de ideias para a equipe econômica.

Mais uma vez os trabalhadores foram informados pela mídia de questões que envolvem o IBGE, o que só reforça a convicção de que vivemos sob uma intervenção não declarada. O IBGE não pode ser confundido com órgão de assessoramento e assumir responsabilidades que não constam de sua missão institucional.

Nossa missão é retratar o Brasil em sua complexidade para que os poderes tenham informações suficientes e desenvolvam políticas públicas, fornecendo elementos para a sociedade cobrar seus direitos.

A ASSIBGE-SN se mantém alerta a qualquer tentativa de mudanças nas metodologias por parte do governo que firam a autonomia técnica do instituto. Esperamos que a direção do órgão venha a público esclarecer o que essa proposta representa.

Susana Guerra requisita pessoal do BNDES

Depois do afastamento de diretores e do preenchimento de cargos com gente de fora do quadro, os trabalhadores do IBGE ficaram sabendo, através da mídia, que oito servidores do BNDES – um deles para comandar a Diretoria de Informática - foram incorporados a casa, com seus salários pagos pelo IBGE, por meio de um convênio técnico.

Além da falta de transparência, o que se observa é o aprofundamento da intervenção no IBGE. Mais do que o reconhecimento internacional, pela excelência de seus trabalhos, o IBGE tem um corpo técnico capacitado, com plenas condições de preencher os postos de comando da instituição.

A ASSIBGE-SN solicitou à Presidente, via ofício 46 (26/6/2020), esclarecimentos sobre este procedimento. Como ocorre desde a sua posse, até agora não foi dada qualquer explicação sobre esse convênio e tampouco sobre os valores envolvidos.

ONU elogia servidores públicos

Em mensagem transmitida para todos os continentes, em 23 de junho, o secretário-geral da ONU, Antônio Guterres, agradeceu a todos os servidores públicos que se arriscam ou que estão na linha de frente de combate à pandemia de covid19 no Mundo.

Entre as categorias citadas estão os profissionais de estatísticas, fundamentais para o levantamento e análise dos dados da pandemia. No Brasil, mais do que o reconhecimento formal de nossa contribuição, o funcionalismo exige respeito, condições de trabalho e remuneração digna.

Governo Bolsonaro dificulta concursos públicos e congela salários até o final de 2021

Depois de conseguir a aprovação do congelamento dos salários do funcionalismo público até o final de 2021 - apesar dos servidores permanecerem sem reajustes nos últimos anos - o ministro Paulo Guedes baixou a Instrução Normativa 46, de 19/6/2020, dificultando ainda mais a realização de concursos públicos.

Pela nova norma, os pedidos deverão ser acompanhados de um estudo de impacto de longo prazo das contratações. Atualmente, essa projeção tem o horizonte de três anos. O objetivo do ministro é, como sempre, evitar investimentos e seguir com sua política de desmonte dos serviços públicos.

Reforma tributária

Proposta de Guedes mantém a taxaço do consumidor

O ministro Paulo Guedes apresentou ao Congresso Nacional medidas criando a Contribuição sobre Bens e Serviços (PL 3.887/2020), cujo objetivo anunciado é unificar e simplificar o pagamento de impostos. Na prática a nova contribuição unifica o Cofins com o Pis/Pasep numa alíquota de 12%, deixando de fora os bancos, que pagariam somente 5,8%.

Ora, como cerca da metade de tudo que se paga de imposto no Brasil é sobre o consumo, mais uma vez quem vai arcar com isso é o consumidor. Mas a manobra vai além, e atinge a Previdência, visto que a proposta do governo prevê que apenas uma parte dos recursos arrecadados com o Cofins passará a ser destinado à Seguridade Social.

O governo promete enviar outras medidas tributárias ao Congresso, mas não há no horizonte a taxaço de grandes fortunas e nem dos dividendos pagos a grandes acionistas e investidores.